

Planalto retoma luta com aliados pelo ajuste fiscal

01 AGO 1999

Líderes do governo atuarão em linha direta com governadores e parlamentares

LIÊGE ALBUQUERQUE

BRASÍLIA – Recomeça amanhã mais um round na disputa do governo com sua base de sustentação no Congresso para conseguir aprovar a toque de caixa as matérias prioritárias com impacto direto no ajuste fiscal, ainda na fase de comissões: a reformas tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para isso, o governo inaugura um novo modelo de articulação política: de um lado o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, no corpo a corpo com os parlamentares e, do outro, o secretário-geral Aloysio Nunes Ferreira, atacadado com os interlocutores do Palácio do Planalto, em linha direta com os governadores. “A nova fase, aliada à maior estabilidade econômica tem tudo para ter sucesso”, comenta otimista o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), líder do espaço político onde o governo tem sua maior dificuldade de coesão.

Com uma re-forma ministerial que frustrou o PFL, o PMDB e o PPB, que reclamaram de não terem sido consultados e sentem perda de espaço, esses partidos, representantes de mais 70% dos votos do governo, terão agora de ser adidos para aprovar os interesses do governo. Além de conseguir depolémizar as reformas da agenda do Congresso: a política, no Senado, e a do Judiciário, na Câmara.

Apesar dos descontentamentos explícitos, Madeira faz questão de argumentar que todas as disputas da base nunca foram transferidas para o painel. “Todas as matérias de interesse do governo foram aprovadas no primeiro semestre”, comemora. Segundo levantamento da Mesa da Câmara, os 22 projetos enviados pelo governo foram aprovados.

De acordo com Madeira, o novo relator da reforma do Judiciário, que deve ser definido ainda esta semana pelo líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), terá pela frente a missão de “acalmar os ânimos” em torno do parecer do ex-relator Aloysio Nunes Ferreira. “A comissão vai discutir ponto a ponto, encontrar os consensos e levar a votação pelo menos até o fim de setembro, em primeiro

turno”, acredita Madeira.

Já quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual o próprio relator, o deputado Pedro Novais (PMDB-MA), não vê consenso ainda para votação, o governo quer aprovar na comissão até outubro. “A reforma tributária é a mais adiantada e tem tudo para chegar ao Senado ainda este semestre.”

Para o líder do PT na Câmara, o deputado José Genoino (SP), o discurso do governo em priorizar a reforma tributária é “baleia”. “Como podem falar isso sem que se discuta os impactos nos Estados, mas só nos lutos da União?”, questiona. Segundo Genoino, a prioridade da oposição nesse segundo semestre é tentar transferir as pautas da sociedade para o Congresso. “Apesar de não concordarmos com a forma do ‘imposto da pobreza’, bandeira do senador Antonio Carlos Magalhães, achamos que o assunto terá de entrar na ordem do dia.”

MPs – Com apenas uma sessão no semestre passado, as reuniões do Congresso este semestre têm pela frente livrar uma pauta extensa de 89 medidas

POSIÇÃO

QUER

PRIORIZAR

PAUTA SOCIAL

no Congresso, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM).

Já para o vice-líder do PFL no Senado, senador Edilson Lobão (MA), mais do que apressar a votação das MPs encalhadas, é urgente a votação no Senado do projeto que restringe a edição das MPs. “Tem de acabar com esse festival de medidas provisórias pela raiz.” O projeto, acredita o senador, deverá ser votado até o fim de agosto e ir à sanção presidencial.

Além desse projeto, o senador aponta como prioridades no Senado o ponto final nas Comissões Parlamentares do Sistema Financeiro e do Judiciário. “As duas CPLs trarão certamente lições para o bom andamento das reformas do Judiciário e a Tributária na Câmara”, considera Lobão.

O Congresso reabre os trabalhos do semestre amanhã ainda na expectativa do governo enviar, por meio da Casa Civil, o ponto mais polémico da regulamentação da reforma da Previdência: a proposta para estabelecer a idade mínima para a aposentadoria. Para Madeira, a expectativa é que o projeto seja enviado ainda em agosto.